

Gestão *União, Resistência e Luta* toma posse no Sindifisco-PB

A gestão *União, Resistência e Luta* será empossada nesta quarta-feira (1º/05), na Maison Blu'nelle, dando início ao novo ciclo trienal à frente do Sindifisco-PB. Com a posse, o atual presidente do Sindifisco, Victor Hugo, e diretores da atual gestão, bem como novos integrantes serão conduzidos aos cargos da diretoria do sindicato.

De acordo com o presidente reeleito, Victor Hugo, a nova gestão irá ampliar ainda mais as lutas e conquistas da categoria, mantendo a união de toda a categoria.

Secretárias não convencem

As Secretárias Livânia Farias (Administração) e Aracilba Rocha (Finanças), não convenceram os servidores e parlamentares na audiência pública realizada na quinta-feira última (25), a respeito da Medida Provisória do reajuste dos servidores. Mais uma vez, o Governo usou como argumento os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não convenceu os servidores e parlamentares presentes, que apresentaram dados sobre a real possibilidade de atender as reivindicações das categorias.

O presidente do Sindifisco-PB, Victor Hugo, denunciou que a Paraíba é o 7º lugar no país no número de cargos em comissão e indagou quantos prestadores de serviço estão atualmente no Governo. O Estado de Pernambuco, por exemplo, cujo PIB é maior do que o da Paraíba, tem apenas 2 mil cargos em comissão, enquanto a Paraíba tem 4, 5 mil cargos. As Secretárias não responderam a esse e outros questionamentos.

Renúncia fiscal

O Sindifisco-PB vem denunciando, desde o ano passado, a renúncia fiscal do Governo, que está abrindo mão, este ano, de mais de R\$ 800 milhões em receitas com benefícios fiscais, o dobro do que foi aprovado para o ano de 2012. Um aumento exorbitante.

O deputado Anísio Maia retomou o assunto na audiência, questionando o motivo do arrocho salarial dos servidores quando tamanha renúncia é concedida às empresas que se instalam no Estado. “Para as grandes empresas, 20 anos de renúncia fiscal, para os servidores, arrocho salarial”, retrucou.

Jutay: Atitude lamentável

O deputado Jutay Menezes tentou, por meio de manobra regimental, calar a voz dos representantes das diversas categorias de servidores presentes na audiência pública.

É lastimável que um deputado eleito para exercer um mandato democrático tenha tão pouca compreensão do que seja um mandato parlamentar e que a Assembleia Legislativa é a casa do povo. Felizmente, os deputados Olenka Maranhão, Toinho do Sopão, Gervásio Maia, Raniery Paulino, Anísio Maia e Vituriano de Abreu defenderam a democracia e mantiveram o direito à voz dos servidores.

Emendas corretivas

Os deputados Raniery Paulino e Gervásio Maia ressaltaram que haverá emendas à Medida Provisória, com o objetivo de corrigir as distorções criadas pela MP, a exemplo dos penduricalhos, bolsas e gratificações de diversas categorias, o que não pode ser considerado reajuste.

Entre as emendas estão a que preserva a paridade entre ativos e inativos de categorias que recebem a bolsa desempenho, como Fisco e PM, e a que extingue o anexo I da MP, o qual cria duas tabelas para o reajuste dos professores.

Falta de diálogo

A falta de diálogo do Governo com os servidores foi a tônica de todos os discursos na audiência pública sobre o reajuste. Os deputados e entidades lembraram que, para conceder o percentual desse ano, o Governo não realizou nenhuma reunião com as categorias e, pelo segundo ano, impôs um reajuste que não cobre sequer as perdas inflacionárias do período anterior. Os deputados denunciaram as arbitrariedades do Governo em relação aos servidores, a exemplo do deputado federal Major Fábio, que apontou o descaso do Governo com a PM.

Trabalhadores unidos

Os trabalhadores mostrarão mais uma vez que estão unidos nas lutas, durante programação alusiva ao Dia do Trabalhador, nesta terça-feira (30), promovida pelas centrais sindicais.

Entre os eventos, está uma audiência pública na Assembleia Legislativa, às 15h. Entidades que representam as categorias dos servidores, a exemplo do Sindifisco-PB, estarão presentes para denunciar o desrespeito do Governo aos seus direitos.

Judicializando a greve da UEPB

Em vez de tentar chegar a um acordo com as categorias através do diálogo, o Governo espera a decisão da justiça em decretar a ilegalidade das greves, como aconteceu esta semana com a UEPB e anteriormente com o Fisco, a polícia, a saúde e os professores.

O Sindifisco-PB lamenta que o Governador Ricardo Coutinho, cuja história remonta aos movimentos sociais, tenha esse tipo de atitude avessa ao diálogo.